

ANC

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Fisiologismo explícito ameaça o poder civil

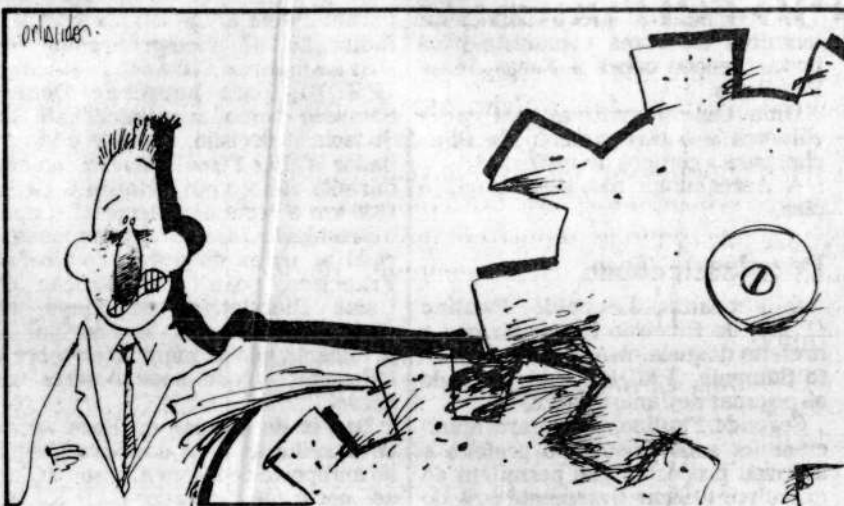
JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO

Em qualquer das Repúblicas, o poder civil não tem sabido resolver a equação do trato das coisas fisiológicas neste país. E, regra meio geral, os desvios e as desmoralizações têm adubado as investidas golpistas. Nos tempos de uma Nova República, o velho desafio está presente e os erros são repetidos.

Não que os regimes autoritários não tenham sido fisiológicos. Pelo contrário, foi nos recentes tempos de excepcionalidade que se desenvolveram sofisticadas no campo dos ganhos indiretos e vantagens extras —as mordomias, generalizou-se a prática de comissões ilícitas e de gratificações por decisões públicas, enfim, a fisiologia chegou ao crime e a mistura entre interesses pessoais e decisões de impacto coletivo modificou profundamente o código de conduta dos indivíduos e das empresas.

Prefeito do interior, um desses municípios tão pequenos que ainda comportam a honestidade em termos clássicos, compra uma máquina rodoviária por concorrência pública muito séria. Dias depois, estupefato e tomado de santa ira, quer expulsar um funcionário da fábrica vencedora que intenta entregar um cheque da comissão. O portador, atordoado pelo que não estava acostumado a ver, pede, por favor, que o sr. prefeito indique um hospital ou outra entidade de caridade para que dê o maldito cheque, em seu nome. Não poderia retornar ao patrão, com a missão descumprida de pagar a tão óbvia e usual comissão. Esta história que recolhi há algum tempo, retrata onde chegaram os costumes e as práticas nas relações entre fornecedores e empreiteiros e os órgãos públicos do país.

Aliás, lembro outra: recém-assumido num pequeno órgão, o cidadão foi comprar umas tintas para melhorar a aparência da sua precária repartição pública. Na hora da nota, o balconista lembra que é para o determinado órgão público e quer dar os dez por cento. O meu amigo saiu chocado pela ousadia, mas, também —como contribuinte brasileiro— fazendo os cálculos dos ditos dez por



cento sobre modernas máquinas, usinas, reatores, turbinas, obras...

Assim, não é de absolver o autoritarismo e nem pretendo. Foi fisiológico e o silêncio da censura que impôs permitiu o desvirtuamento ainda maior das relações Estado-sociedade e dos serviços públicos. A Nova República ganhou mais de cem mil servidores em situação irregular —tabelas especiais, convênios etc— alguns oriundos da necessidade de contratar técnicos e especialistas com a agilidade ou os salários que a lei não permitia, outros originados do apadrinhamento de burocratas e militares. Aliás, o gesto da administração que assumia foi bonito: legalizou todo o mundo, via uma lei discutida no Congresso, como quem sinaliza que uma fase estava terminando e que não trataria com revanchismo os funcionários e sua relação de trabalho. Foi apenas um sinal, porque as práticas voltaram.

O que o autoritarismo soube foi esconder desvios e preservar das manobras explícitas a figura do presidente da República. Não permitia generalização fisiológica em certas relações. Por exemplo: os prefeitos de oposição tinham acesso a programas como cidades de porte médio, áreas metropolitanas, nas relações institucionais. Hoje, não: já tem órgão público perguntando a

prefeitos quantos discursos a favor dos cinco anos o deputado da região fez. E o convênio que estava por assinar, fica sem efeito, se o prefeito tiver frente erguida.

A figura do presidente da República, tão chave neste presidencialismo que mistura comandante em chefe, supremo magistrado e administrador das venturas e desventuras do dia-a-dia, vai sendo cada vez mais envolvido na gestão do fisiologismo explícito e com isso —muito mais que pelas vaías ou pelas manifestações— perde a necessária estatura que o regime exige. Os seus desastrados porta-vozes estão sempre a se envolver em questões menores e misturam nisso o presidente; já criticaram ministros, demitiram escalões inferiores, nomearam e anularam nomeações. Jogaram perigosamente o chefe de Estado numa guerra nada santa de exonerações de afilhados —ah! assumem o filhotismo político— de parlamentares que ousam discordar de orientações palaciana.

Imaginaram? O constituinte vota numa definição de cidadania que o Palácio não concorda, perde os empregos dos seus apaniguados. Outros serão demitidos por que o padrinho resolveu aprovar um sistema tributário que desgostou o governo federal e assim por diante. Onde chegamos? Como é mesmo essa

expressão de Constituinte “livre e soberana” que um dia foi escrita num ato convocatório pela mesma caneta que confunde a elevada tarefa de redigir a Constituição do país com as suas opiniões pessoais ou os interesses imediatistas.

Talvez por ser parlamentarista e ver sempre um chefe de Estado, nego-me a acreditar, se me contarem, que um deputado manifestou sua opinião independente e altiva sobre determinado assunto e recebeu de retorno a sutil observação de que deveria pensar bastante, porque uma diretoria da CFP é algo importante e administra muitos recursos. Insistirei em não crer nestas coisas, mas, do espanhol, fui obrigado a aprender certa sabedoria: “No creo em brujas, pero que las hay, las hay!”

O erro está em funções atribuídas a este ou aquele personagem de um partido preencher. Como fazer na democracia, onde não serão os tecnocratas a resolverem livremente? Em alguns Estados os partidos inventaram colegiados que em longas e difíceis votações decidiram os cargos. Também não deu um resultado competente e bom. A equação continua sem solução: como o poder civil vai resolver, com decência, e diante da opinião pública, as questões fisiológicas, muitas necessárias, outras dispensáveis?

O velho Congresso, tão cheio de vícios, foi heróico em alguns momentos, quando soube resistir à pressão da força, sabendo que seria castigado. No caso Márcio e na Reforma do Judiciário, por exemplo. Resta esperar que a jovem e ousada Constituinte perceba a gravidade da tarefa e não se deixe alugar no leilão de cargos públicos e de verbas ou outras concessões.

Ou o poder civil decifra o enigma da fisiologia ou esta, explícita e brutalmente, o devorará.

JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO, 42, foi deputado federal (PMDB-RS) e presidente da Fundação Federação Horta, e, atualmente, é diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília (UnB).